



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira*  
1ª Câmara de Direito Público

129  
JP

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO n. 0311547-1

AGRAVANTE : N.L.S.C. e OUTRO.  
ADVOGADO : KARLA WANDESSA BEZERRA GUERRA  
AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ  
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MOLÉSTIA GRAVE. TRATAMENTO DE SAÚDE. INTERNAMENTO EM REGIME DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA - UTI PEDIÁTRICA E NEUROLÓGICA. DIREITO SUBJETIVO À SAÚDE. DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO. INOCORRÊNCIA DO DANO. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990).

2. O SUS visa à integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna (AgRg no Ag 1044354/RS, 2008/0091638-2, STJ-1T, Rel. Min. Luiz Fuz, julg. 14/10/2008, DJe 03/11/2008).

3. A norma constitucional do art. 196, ainda que se entendesse de caráter programático, transcorridas mais de duas décadas da vigência da Constituição da República e havendo estruturação legal e administrativa para o custeio, tem por destinatários todos os entes políticos que compõem no plano institucional a organização federativa do Estado brasileiro e, portanto, não admite a indiferença ao problema da saúde da população sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional.

4. A negativa embasada em diretrizes da Administração Pública, por si só, não é fator suscetível a ensejar reparação indenizatória, mormente no caso de inexistência de vagas em UTI nos hospitais públicos, o que significa dizer que a resistência não foi imotivada. Deu-se, na verdade, pela impossibilidade fática de atender o pedido dos autores.

5. À unanimidade, Recursos de Agravo não providos.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira*  
1ª Câmara de Direito Público

130  
*[assinatura]*

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e, no mérito, dar improvimento ao presente agravo, mantendo incólume a decisão monocrática do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, tudo nos termos do voto e das inclusas notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife,

24.09.17.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá  
Relatora (Convocada)

*[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

131  
Top.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO n. 0311547-1

AGRAVANTE : N.L.S.C. e OUTRO.  
ADVOGADO : KARLA WANDESSA BEZERRA GUERRA  
AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ  
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto contra decisão monocrática que, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, negou provimento ao reexame necessário, prejudicando o apelo do Estado de Pernambuco, no sentido de manter a decisão de primeiro grau, proferida pelo MM. Juiz de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que, nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer c/c danos morais (Processo nº 00677537-16.2010.8.17.0001), julgou procedente em parte o pedido formulado na inicial, ratificando a tutela adrede concedida, para que o agravado forneça e custeie o tratamento médico dos demandantes em hospital da rede pública, sendo certo que, à ausência de leito em unidade pública, deve o agravado custear o internamento na rede privada, não vislumbrando, *in casu*, qualquer fato gerador capaz de impor condenação em dano moral, vide fls. 102/111.

Irresignado com a decisão unipessoal que proveu o reexame necessário, prejudicando o apelo voluntário, os demandantes ingressaram com o presente recurso de agravo legal, pleiteando, em suma, que o Estado de Pernambuco seja condenado a pagar aos agravantes uma justa indenização por danos morais, em razão do sofrimento vivenciado por eles, cf. fls. 114/121.

Assim sendo, não satisfeito com a decisão monocrática de fls. 102/111, o Estado de Pernambuco requer que esta relatoria, com base no art. 557, §1º, do CPC, retrate-se da decisão vergastada. Em não havendo juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

É o que, de relevo, se tem a relatar.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira*  
1ª Câmara de Direito Público

132  
10

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

Recife, 24.09.13

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá  
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira*  
1ª Câmara de Direito Público

133  
*[assinatura]*

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO n. 0311547-1

AGRAVANTE : N.L.S.C. e OUTRO.  
ADVOGADO : KARLA WANDESSA BEZERRA GUERRA  
AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ  
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pelos agravantes, entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta e. Câmara de Direito Público.

Inferre-se dos autos que os agravantes necessitam do mesmo tratamento de saúde, qual seja: internamento em regime de Unidade de Terapia Intensiva - UTI. Por conseguinte, ingressaram com a presente Ação ordinária de obrigação de fazer para garantir o direito à vida, sob as alegações fáticas e jurídicas encartadas na inicial.

À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990). O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde - SUS.

O SUS visa à integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna (AgRg no Ag 1044354/RS, 2008/0091638-2, STJ-1T, Rel. Min. Luiz Fuz, julg. 14/10/2008, DJe 03/11/2008).

Com efeito, a norma constitucional do art. 196, ainda que se entendesse de caráter programático, transcorridas mais de duas décadas da vigência da Constituição da República e havendo estruturação legal e administrativa para o

5  
*[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

136  
JP

custeio, tem por destinatários todos os entes políticos que compõem no plano institucional a organização federativa do Estado brasileiro e, portanto, não admite a indiferença ao problema da saúde da população sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A norma cravada no art. 196 da Constituição Federal assim dispõe:

*"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."*

Este Tribunal de Justiça e o E. Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no mesmo sentido, podendo-se afirmar que se trata de jurisprudência dominante, v.g.:

**ADMINISTRATIVO - MOLÉSTIA GRAVE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - MATÉRIA FÁTICA DEPENDENTE DE PROVA.**

1. Esta Corte tem reconhecido aos portadores de moléstias graves, sem disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade. *Precedentes.*

2. O direito à percepção de tais medicamentos decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde (art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da cobertura e do atendimento" (art. 194, parágrafo único, I).

3. A Carta Magna também dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196), sendo que o "atendimento integral" é uma diretriz constitucional das ações e serviços públicos de saúde (art. 198).

4. O direito assim reconhecido não alcança a possibilidade de escolher o paciente o medicamento que mais se adeque ao seu tratamento.

5. In casu, oferecido pelo SUS uma segunda opção de medicamento substitutivo, pleiteia o impetrante fornecimento de medicamento de que não dispõe o SUS, sem descartar em prova circunstanciada a imprestabilidade da opção ofertada.

6. Recurso ordinário improvido.

(RMS 28.338/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 17/06/2009)



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Perelra de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

135  
6p.

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. TRATAMENTO MÉDICO NO EXTERIOR. ARTIGO 196 DA CF/88. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DA UNIÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA.

1. O Sistema Único de Saúde-SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna.
2. Ação objetivando a condenação da entidade pública ao fornecimento gratuito dos medicamentos necessários ao tratamento de doença grave.
3. O direito à saúde é assegurado a todos e dever do Estado, por isso que legítima a pretensão quando configurada a necessidade do recorrido.
4. A União, o Estado, o Distrito Federal e o Município são partes legítimas para figurar no pólo passivo nas demandas cuja pretensão é o fornecimento de medicamentos imprescindíveis à saúde de pessoa carente, podendo a ação ser proposta em face de quaisquer deles. Precedentes: REsp 878080 / SC; Segunda Turma; DJ 20.11.2006 p. 296; REsp 772264 / RJ; Segunda Turma; DJ 09.05.2006 p. 207; REsp 656979 / RS, DJ 07.03.2005.
5. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1028835/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 15/12/2008)

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/eficácia da medicação solicitada e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo médico' e da 'prescrição médica' acostados aos autos, subscritos, respectivamente, pela Dra. Ericka B. Menezes, do SEOPE Hospital de Olhos, e pelo Dr. Alexandre Ventura (CRM 13733), do Hospital de Olhos Santa Luzia, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado. 3. Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Clovis da Silveira Barros Filho, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o pelo que o atendimento ao referido pleito na forma já deferida é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direto Público

136  
[assinatura]

*apenas determina o cumprimento de obrigação já adredemente imposta pela própria Constituição da República. 6. Destarte, tem-se que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 1.000,00/dia de descumprimento), posto que à parte apelante não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento da medicação, sendo indispensável, pois, que o preceito cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento. 7. Mantida a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que efetuada com base em apreciação equitativa do Juízo e estabelecida dentro dos parâmetros legais (art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC). 8. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário. (TJ-PE - REEX: 149233420108170001 PE 0014923-34.2010.8.17.0001, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 19/04/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 78).*

Consolidou-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal nesse sentido:

*"SAÚDE - PROMOÇÃO - MEDICAMENTOS. O preceito do artigo 196 da Constituição Federal assegura aos necessitados o fornecimento, pelo Estado, dos medicamentos indispensáveis ao restabelecimento da saúde." (Ag.Reg. no Agravo De Instrumento 837.642 RS, Relator: Ministro Marco Aurélio)*

O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia insito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas à promoção e proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.

Nesse sentido, não me afigura legítima a conduta estatal de "fechar os olhos" para os problemas de saúde que acometem os cidadãos, mormente àqueles que são privados de recursos financeiros para custear tratamento/medicamento indispensável à preservação de sua saúde e, conseqüentemente, de sua vida, de sorte que, em havendo omissão do Poder Público para custear o tratamento/medicamento de que o cidadão necessita, o Poder Judiciário tem o poder-dever de agir, quando provocado, para compelir o Estado a assegurar o direito à saúde do cidadão desamparado.

Foi de extrema urgência a medida adotada pelo Juízo primevo que garantiu internação em UTI de hospital da rede pública ou, em sua falta, da rede privada, aos demandantes que apresentam um quadro clínico crítico e bastante

[assinatura] 8



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

137  
Top

grave, conforme laudos médicos de fls. 29/31. A efetivação do direito à saúde, como visto, é dever inafastável do Estado-membro, devendo empreender todos os esforços para a sua concretização, sob pena de violação do direito fundamental.

Por outro lado, a negativa embasada em diretrizes da Administração Pública, por si só, não é fator suscetível a ensejar reparação indenizatória, mormente no caso de inexistência de vagas em UTI nos hospitais públicos, o que significa dizer que a resistência não foi imotivada. Deu-se, na verdade, pela impossibilidade fática de atender o pedido dos autores.

Na linha da doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello, quanto à caracterização da responsabilidade do Estado por omissão, é no sentido de que não bastará a simples relação entre a ausência do serviço (omissão estatal) e o dano sofrido. É necessário que o Estado haja incorrido em ilicitude, por não ter atuado para impedir o dano ou por haver sido insuficiente neste dever, em razão de comportamento inferior ao padrão legal exigível.

*A partir destas noções, torna-se necessário saber se o comportamento do Estado na hipótese em análise - certa demora na resposta quanto à disponibilidade de remédio de alto custo para controle de doença grave - é ilícito, ou seja, se desborda dos padrões normais de eficiência a que está submetida à Administração Pública.*

Nessa contextura, percebe-se que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO dos presentes recursos de Agravo, mantendo-se, in totum, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto

Recife,

24.09.17

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá  
Relatora Convocada